

## UNIDADE DIDÁTICA XV – AS AMÉRICAS NO SÉCULO XX

### 1. A REPÚBLICA NA HISPANO-AMÉRICA

Após a emancipação política, as colônias da América hispânica fragmentaram-se em diversos países que, conduzidos em sua grande maioria pelas elites políticas locais – os *criollos* – não vivenciaram grandes mudanças nas estruturas econômicas e sociais quando comparadas com as existentes anteriormente.

No início do século XX, o modelo da economia primário-exportadora ainda era dominante nos países latino-americanos e correspondia à predominância, no plano político, dos grandes proprietários de terras e de minas. Esses setores dominantes – as oligarquias – ocuparam a administração pública, formando o que chamamos de Estado oligárquico. Tratava-se de uma estrutura social completamente desigual, caracterizada pela alta concentração de terras e riquezas nas mãos da oligarquia, enquanto a maioria da população permanecia em uma situação de pauperização e de exclusão da vida política.

Os trabalhadores eram vistos como mão-de-obra, mas não como consumidores. Isso porque, diante de uma economia agrária amplamente voltada para a exportação e seguindo os interesses econômicos, o mercado interno teve pouca importância. Mesmo a construção de portos e ferrovias obedeceu às necessidades da economia primário-exportadora, sendo muitas vezes financiada por empréstimos estrangeiros.

Com a política dominada pela classe econômica dominante, as medidas governamentais foram sempre voltadas para seu benefício. Ao abordar o predomínio das oligarquias na vida política dos países latino-americanos, não devemos esquecer da existência de inúmeras disputas entre as oligarquias locais/regionais pelo controle do governo central, para fazer valer interesses econômicos específicos. As oligarquias não constituíram simplesmente uma classe dominante homogênea e afinada, mas comportavam divergências, o que dificultou a constituição de um governo central estável. Em muitas ocasiões quando a unidade política e territorial era ameaçada em função de tais disputas, comumente surgiam governos ditatoriais com a intenção de restabelecer a ordem. Tais regimes foram denominados de caudilhismo. Assim, podemos dizer que caudilhismo é o exercício

do poder político caracterizado pelo agrupamento de uma comunidade em torno do caudilho. Em geral, caudilhos são lideranças políticas carismáticas ligadas a setores tradicionais da sociedade (como militares e grandes fazendeiros) e que baseiam seu poder no populismo. Muitas vezes, líderes são chamados de caudilhos quando permanecem no governo por mais tempo do que o convencional. O caudilhismo se apresenta como forma de exercício de poder divergente da democracia representativa. No entanto, nem todos os caudilhos são ditadores: às vezes podem exercer forte liderança autocrática e carismática mantendo formalmente a normalidade democrática.

A permanência da economia agrário-exportadora fez com que a economia dos novos estados, já no início do século XX, não diferisse muito do período colonial. No entanto, de algum modo, o desenvolvimento da própria economia primário-exportadora levou ao início do processo de urbanização e até de diversificação do mercado interno, na medida em que crescia a população das cidades, propiciando o surgimento da classe média ligada às administrações pública e privada. Houve o aumento da camada de trabalhadores ligados às atividades urbanas.

Desse processo de relativa modernização, resultaram, obviamente, conflitos entre as velhas oligarquias e os movimentos sociais urbanos que começaram a surgir. Na tentativa de conciliar, de alguma forma, esses interesses em choque, nasceu o populismo latino-americano, governo de tipo nacionalista que buscava atender a anseios populares. No entanto, como afirma Koshiba (1992: 267):

Promover a industrialização, desenvolver o mercado interno, encaminhar reformas sociais, sem perder de vista a importância do setor primário-exportador, não eram objetivos facilmente harmonizáveis. O reformismo populista inclinava-se com facilidade para soluções ditatoriais.

Veremos mais adiante alguns casos específicos, como os de Lázaro Cárdenas, no México e de Juan Domingues Perón, na Argentina (para o caso brasileiro, estudaremos em outras UD os governos de Getúlio Vargas).

A presença das forças armadas na política latino-americana também foi uma constante ao longo do século XX. Segundo Santos (2008: 69), “em 1936, metade dos países latino-americanos vivia sob regimes militares.” Mas a presença de militares em governos dos países da América Latina aumentou principalmente a

partir dos anos 1960 e 1970. Entre os anos de 1962 e 1967, Argentina, Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras, Brasil e Bolívia viram ascender ao poder governos militares. No Equador, Honduras, Panamá e Peru, os militares ascenderam ao governo entre os anos de 1968 e 1973. De 1973 a 1976, foi a vez dos militares da Argentina, do Chile e do Uruguai tomarem o poder.

Em muitos desses casos, os militares que tomaram o poder acreditavam que “a instabilidade dos regimes civis, as lutas partidárias e as tensões que o próprio desenvolvimento poderia criar eram vistas como incompatíveis com a ordem e a segurança necessárias às novas políticas de modernização capitalista” (SANTOS, 2008: 70). A América Latina sentia, ainda, os reflexos da Guerra Fria, quando ambas as potências buscavam estender suas influência no continente, influenciando fortemente na rotatividade, ou não, dos governos locais.

A partir de fins dos anos 1970 e princípio da década de 1980, os países latino-americanos vivenciaram um processo de redemocratização, algumas vezes conduzido pelos próprios militares que estavam no poder, outras vezes por meio de conflitos político-sociais que representaram a ruptura com os governos então vigentes.

## **2 . NACIONALISMO, RADICALISMO E SOCIALISMO NAS AMÉRICAS**

O nacionalismo deve ser considerado para compreendermos a constituição dos estados latino-americanos. Pelo viés ideológico, em se tratando de novos Estados nacionais, foi preciso que as elites políticas e intelectuais pensassem os símbolos da nação e a construção de um sentimento nacional, visando unificar a população. Nesse sentido, “as classes dominantes utilizaram-se do nacionalismo como um instrumento de controle da população” (KOSHIBA, 1992: 105). Por outro lado, no plano econômico, a consolidação de uma unidade nacional foi também fundamental, pois garantiu a unidade e a expansão do mercado. Em cada um dos países, o nacionalismo se deparou com questões específicas, relacionadas à composição de sua população como um todo, e de suas elites em especial.

(...) o crescimento do setor primário-exportador teve um efeito modernizador em vários países. As duas guerras mundiais e a crise de 29 [ver HIST/ UD IX] impulsionaram a industrialização, na medida em que cortaram, momentaneamente, os fluxos comerciais. Essa industrialização, que visava substituir os produtos importados, valorizou o mercado interno, alterando

assim o sentido do desenvolvimento econômico latino-americano. A esse fenômeno correspondeu o surgimento do nacionalismo e, portanto, de anti-imperialismo, sobretudo antinorte-americano. (KOSHIBA, 1992: 261)

Corria-se o risco, entretanto, de que o nacionalismo e o anti-imperialismo, junto às classes médias e populares, pudessem assumir um cunho anticapitalista mais radical. Foi preciso, do ponto de vista das classes dominantes, que houvesse um projeto político capaz de conter esses setores da população. Dessa maneira, na primeira metade do século XX, o nacionalismo foi uma das bases para a instalação de governos populistas, como mencionamos anteriormente.

Torna-se necessário lembrar que movimentos populares de cunho mais radical estiveram presentes ao longo de toda a história do continente, desde o período colonial. Para os fins aqui propostos, vale a pena recuperar apenas que, em fins do século XIX, junto ao desenvolvimento econômico em curso, em vários países da América Latina cresceu a preocupação com as disparidades sociais e com os setores subjugados da população, que passaram a reivindicar melhores condições de vida. Dessa maneira, inúmeros conflitos sociais vieram à tona, demonstrando o descontentamento de certos setores sociais com a tradição oligárquica que predominava. Koshiba (*ibid.*: 255) cita como exemplos “a abolição da escravidão em Cuba (1886) e no Brasil (1888), a proclamação da República no Brasil (1889) e o início da emancipação de Cuba do domínio espanhol, com a sublevação liderada por José Martí em 1895”.

A Revolução Russa de 1917 também teve impacto na América Latina, como podemos perceber pela fundação de partidos comunistas em diversos países, comumente ligados à Internacional Comunista. Em 1921, foram fundados os PCs da Argentina e do Uruguai, em 1922 do Brasil e do Chile e, a partir de 1924, em outros países.

Depois da Primeira Guerra Mundial, com a crise de 1929, que envolveu mais seriamente os Estados Unidos e a Europa, os países latino-americanos, que ocuparam uma posição periférica no capitalismo mundial, acabaram vendo-se impulsionados a desenvolver suas próprias indústrias, fortalecendo os mercados internos e estimulando a urbanização. Esse processo se fortaleceu ainda mais na década de 1950, após a Segunda Grande Guerra. Diante do novo contexto internacional, com a Guerra Fria, os Estados Unidos orientaram sua política externa de modo a conter possíveis adesões ao movimento comunista em todo o continente

americano. Para tanto, combinavam ações políticas, econômicas e militares. O continente vivia um período de crescimento de lutas por reforma nas cidades, de êxodo rural e do movimento camponês. Os governos populistas, com isso, foram pressionados pela base popular e mostraram ineficazes para atender às expectativas da população.

Apesar da dura política anticomunista por parte dos Estados Unidos, a Revolução Cubana saiu-se vitoriosa e foi considerada, para o continente, como um novo modelo de experiência de construção do socialismo. Seguindo o exemplo cubano, surgiram em vários países movimentos que adotaram a estratégia do *foquismo* (estabelecimento de focos guerrilheiros). As relações políticas radicalizaram-se profundamente e os sistemas representativos romperam-se em diversos países do continente. Como reação estabeleceu-se novamente governos militares na grande maioria dos países latino-americanos. Por sua vez, muitos movimentos de esquerda optaram pela luta armada, influenciados não só pela experiência cubana, mas também pelo êxito dos vietnamitas contra o poderoso exército norte-americano, na Guerra do Vietnã (1954-1975).

### 3. MÉXICO

A manutenção da estrutura social desigual durante o século pós-emancipação política no México – à semelhança dos demais países do continente – fez com que o país adentrasse o século XX com um regime que continuou a privilegiar as elites agrárias e o capital estrangeiro, em detrimento da maioria da população que se mantinha absolutamente pauperizada.

Ainda no século XIX, liberais e conservadores confrontaram-se pelo controle do Estado. Quando os liberais assumiram o governo, tomaram medidas para diminuir o poder da Igreja Católica e do Exército, instituições que se colocavam ao lado dos conservadores. A Igreja foi grande proprietária de terras do país e viu seus bens serem contestados. Contra os liberais, a Igreja e os grandes proprietários de terras se uniram.

A despeito desse conflito entre as classes dirigentes, a manutenção da situação de miséria da maioria da população fez com que aumentassem os descontentamentos das classes populares, o que se tornou visível com as greves

operárias (conduzidas por lideranças anarco-sindicalistas) e com os levantes camponeses do período. Até as classes médias urbanas se opuseram ao atraso em que o país se apresentava e, em virtude das opções políticas e econômicas das elites dirigentes, organizaram-se os movimentos de cunho liberal e socialista.

Toda essa tensão social se acirrou em 1910, devido aos conflitos entre a própria elite patriarcal, que se dividiu em relação ao continuísmo do então presidente Porfírio Díaz (1876-1911), que pretendeu se reeleger novamente, depois de exercer cinco mandatos presidenciais consecutivos em 30 anos. Durante o longo período em que esteve no governo, Porfírio Díaz favoreceu as empresas privadas nacionais e estrangeiras e a concentração fundiária.

Nesta época surgiram duas importantes lideranças camponesas: Emiliano Zapata, no Sul do país, no estado de Morelos, e Francisco Villa, conhecido como Pancho Villa, em Chihuahua, ao Norte do país. Ambos conduziram movimentos radicais, que pretenderam realizar a reforma agrária a todo custo, “já não apenas clamando pela devolução das terras aos seus verdadeiros donos, mas expulsando os latifundiários das fazendas e distribuindo as terras aos lavradores” (RIBEIRO, 2007: 118).

A Revolução Mexicana, iniciada em 1910, foi um movimento popular, antilatifundiário e anti-imperialista, que desencadeou grandes transformações no México. A Revolução foi caracterizada por uma variedade de líderes de cunho socialista, liberal, anarquista, populista, e em prol do movimento agrário. Após muitos anos de lutas, ela produziu a Constituição Mexicana de 1917. Considera-se que tenha durado até a década de 1920, embora o país continuasse a ter pequenos focos de revolta.

A Revolução começou como uma revolta contra o governo de Porfírio Díaz. O movimento, liderado pelo intelectual e político Francisco Madero, terminou com o exílio de Díaz em Paris e a vitória de Madero nas eleições de 1911.

Em uma segunda fase, a Revolução reiniciou com o conflito de interesses entre a burguesia, antiga aliada de Porfírio Díaz, e o presidente Madero. Francisco Madero mostrou-se, ainda, moderado em relação às reivindicações colocadas pelos movimentos sociais, em especial à de realização de uma ampla reforma agrária, vindo a enfrentar uma rebelião liderada por Zapata. Com o apoio dos Estados Unidos, o presidente Madero e o vice-presidente foram assassinados em 1913, o que levou o ditador Victoriano Huerta, apoiado pelos porfiristas, ao poder. Huerta

somente fez crescer as lutas camponesas e desencadeou nas cidades um movimento constitucionalista, que levaria ao poder Venustiano Carranza, em 1914.

Em 1917 iniciou-se a institucionalização da revolução, ou seja, incorporação na Constituição das conquistas obtidas pela revolução até aquela data. Assim, a nova Constituição foi promulgada em 1917, incorporando, além dos direitos liberais tradicionais, direitos sociais: ao trabalho, à terra, à vida digna e à segurança social. (...) Nada disso, porém, impediu que Zapata continuasse a luta contra Carranza [o novo presidente] até 1919, quando foi traiçoeiramente assassinado pelo exército. (KOSHIBA, 1992: 259)

O ponto culminante da Revolução Mexicana é a promulgação da Constituição dos Estados Unidos Mexicanos, 1917, reconhecida por ser uma Constituição liberal e social, a qual ainda hoje rege no México. A Constituição garante os direitos e reformas liberais (direitos civis e políticos) e sociais (reforma agrária e progresso da legislação trabalhista).

A Revolução Mexicana abriu espaço para a realização da reforma agrária no país e para a organização de trabalhadores em sindicatos. O componente indígena, até então profundamente desprezado, passou a ter mais espaço nos debates políticos.

Em 1934 assumiu o governo no México o líder populista Lázaro Cárdenas. Com um governo de forte cunho nacionalista, empreendeu a nacionalização de empresas estrangeiras (ferroviárias e petrolíferas). Organizou o sindicalismo no país e o movimento camponês, num processo que ficou conhecido como “revolução institucionalizada” (RIBEIRO, 2007). Cárdenas pôs em prática a reforma agrária planejada por Zapata. Foi ainda em seu governo que se montou a estrutura do atual Partido Revolucionário Institucional (PRI).

“... o próprio poderio unificado de todas essas forças – o partido oficial único ou maciçamente majoritário; o domínio governamental sobre as centrais sindicais e sobre o movimento camponês; o controle e a utilização clientelística da poderosa máquina do Estado; o disciplinamento do exército para suas funções específicas – fez do Estado mexicano um poder monolítico suscetível das mais graves deformações. Isso viria efetivamente a ocorrer depois de Cárdenas, com o aumento da influência política da nova burguesia, que, já controlando o sistema econômico, pôde utilizar o disciplinamento imposto às outras camadas para fazer-se cada vez mais beneficiária do sistema global.” (*Id. Ibid.*: 121)

Cárdenas governou com ampla maioria no Congresso Nacional e controlou em grande medida os governos estaduais e municipais, fortalecendo a unidade do

estado e, dessa maneira, adquirindo maior capacidade para pôr em prática os programas nacionais de desenvolvimento e para fazer frente às políticas expansionistas e intervencionistas norte-americanas.

#### **4. ARGENTINA**

Também a Argentina adentrou o século XX sob o governo de uma oligarquia conservadora, que se mantinha no poder a partir de acordos com os grupos dominantes de cada província. Tal situação política, que alienava a grande maioria da população da política, sofreu a oposição das classes médias, de trabalhadores urbanos e de descendentes de imigrantes. Desde início do século XX já se estruturava na Argentina um movimento operário organizado e atuante, sob a influência dos movimentos operários europeus. A ideologia mais fortemente presente era o anarquismo, ainda que tivesse sido fundado um Partido Socialista em 1896.

Diante do impasse dos conflitos sociais, em 1943 os militares empreenderam um golpe de estado, instalando um governo de caráter antioligárquico, antiliberal e anticomunista, que passou a controlar os sindicatos de trabalhadores, restringindo suas atividades e colocando os partidos políticos na ilegalidade. Realizaram uma política de desenvolvimento da indústria nacional, voltada para a substituição de importações. O Departamento de Trabalho e Previdência foi assumido pelo coronel Juan Domingo Perón, que empreendeu uma política de organização e controle dos movimentos de trabalhadores. Nessa função, Perón:

(...) promulgou 29 leis trabalhistas novas, tomou parte em 311 disputas, arbitrando 174, concedeu aumentos salariais e o 13º salário. Ao mesmo tempo, promoveu a formação de sindicatos paralelos e a intervenção na CGT, prendeu 48 líderes sindicais e perseguiu sindicatos que se recusavam a colaborar (SANTOS, 2008: 72).

Ao tempo em que suas leis trabalhistas satisfaziam importantes reivindicações dos trabalhadores, eram consoantes também com o projeto de desenvolvimento econômico do governo. E, por outro lado, ao organizar os sindicatos sob tais bases, Perón angariou apoio político para as eleições de 1946,



quando enfrentou a oposição de setores democráticos, dos radicais de esquerda, de políticos conservadores e de alguns setores do exército.

A despeito de toda a oposição, Perón se elegeu com o discurso do “justicialismo”, propondo “(...) justiça social, independência econômica e soberania nacional, ‘distributivismo’, fomento à indústria doméstica e política externa independente” (*Id. Ibid.*: 73). Apresentou-se como uma alternativa acima da luta de classes, entre o comunismo e o capitalismo.

Perón governou de 1946 a 1955, adotando políticas e assumindo um discurso fortemente nacionalista. Seu populismo organizou o sindicalismo argentino, ao tempo em que promovia forte centralização do estado.

Perón introduziu o voto feminino, o que ampliou ainda mais sua base política, principalmente a partir de seu segundo mandato, que teve início em 1951, quando sua esposa Eva Perón (Evita) assumiu um papel de liderança junto aos trabalhadores, especialmente as mulheres. Além da legislação trabalhista, o governo de Perón nacionalizou importantes serviços, como as ferrovias, o gás e a telefonia. O êxito de suas políticas, que conjugaram industrialização, nacionalização e trabalhismo, foi, no entanto, temporário. O endividamento externo cresceu consideravelmente e, desse modo, em fins dos anos 1940 e início dos 1950, o governo sofreu com uma crise econômica, que levou Perón a realizar algumas mudanças nos rumos da política para tentar solucionar o problema. Tais mudanças deixaram setores do movimento sindical descontentes e, em 1954, estourou uma greve de metalúrgicos. Em resposta ao movimento, o governo empregou seu aparato repressivo, o que levou ao aumento da oposição ao presidente. Nessa conjuntura, ocorre a Revolução Libertadora, um golpe militar liderado pelo general Eduardo Lonardi, em 1955. Perón renuncia e se exila na Espanha.

A partir de então, a Argentina viveu longo período de instabilidade política, onde ocorreram inúmeros golpes de estado. Durante os anos 60 e 70, todos os governos eleitos foram derrubados por golpes militares. O conflito social e a violência política aumentaram, enquanto, por outro lado, a economia registrou um dos mais altos índices de crescimento do mundo. A partir da segunda metade da década de 60, os problemas sociais se agravam e surge a insurgência guerrilheira.

Em 1972, Perón volta ao país. O triunfo do Peronismo nas eleições de 1973 é afetado pela morte de Perón em 1974. Sua mulher, María Estela Martínez de Perón (Isabelita), o sucedeu com uma administração cercada de problemas econômicos,

conflitos dentro do partido e com o crescente terrorismo praticado por insurgentes e movimentos paramilitares. Um golpe militar a retirou do poder em 24 de março de 1976.

Nesse caos, surge o chamado Processo de Reorganização Nacional, presidido pelo general Jorge Rafael Videla, que se caracterizou por acentuada repressão. Essa época foi marcada pela questão de limites de fronteira com o Chile, que colocou ambos os países próximos de um conflito armado. A economia do país cresceu muito no período.

Em 1982, durante a presidência do general Leopoldo Galtieri, iniciou-se a Guerra das Malvinas contra o Reino Unido, disputando-se a soberania das ilhas. A derrota na Guerra das Malvinas obrigou o regime militar a convocar eleições democráticas. A volta da democracia deu-se em 10 de dezembro de 1983.

Em 1989, pela primeira vez na história argentina, um presidente de um partido entregou o poder a um presidente de outro partido. A situação voltou a se repetir em 1999, mostrando uma notável consolidação da democracia na Argentina.

Neste período a Argentina protagonizou uma importante mudança político-institucional e econômica, ao fundar, junto com Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL).

Perón deixou seu legado e o peronismo continua bastante influente na política nacional. Peronismo é a denominação dada genericamente ao Movimento Nacional Justicialista, transformado mais tarde no Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como "La Comunidad Organizada", "Conducción Política", "Modelo Argentino para un Proyecto Nacional", etc, onde estão expressas a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da Argentina. São algumas das ideias do peronismo:

- a verdadeira democracia é aquela onde o governo realiza o que o povo quer e defende o interesse do povo;
- o Peronismo é essencialmente popular;
- o Peronista trabalha para o movimento;
- para o Peronismo só existe uma classe de homens: os que trabalham;
- os braços do Peronismo são a justiça social e a ajuda social;
- na Nova Argentina os únicos privilegiados são as crianças;

- o Peronismo tem sua própria doutrina política, econômica e social: o justicialismo;
- o justicialismo é uma nova filosofia de vida, simples, prática, popular, profundamente cristã e profundamente humanista;
- o Peronismo pretende constituir um governo centralizado, um estado organizado e um povo livre.

## 5. CHILE

Desde a independência, o estado chileno gozou de maior estabilidade política do que os seus vizinhos latino-americanos. Além disso, o país viveu um processo de urbanização precoce. Tudo isso se explica, em alguma medida, pelas opções tomadas pelo estado, especialmente quanto às relações econômicas, ilustradas pela apropriação estrangeira dos recursos minerais do país – notadamente o cobre, primeiramente por ingleses e alemães e, em um segundo momento, pelos norte-americanos.

De 1938 a 1946, o país foi governado por partidos que se reuniram em uma frente ampla denominada Frente Popular, garantindo a democracia representativa por um longo período, se comparado com a história de outros países do continente. Tal conjuntura propiciou a organização dos trabalhadores chilenos e a consequente criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O surgimento de um movimento operário expressivo levou à reformulação da Frente Popular, que passou a reunir apenas partidos de esquerda (socialistas, comunistas e cristãos progressistas) e a ser então denominada de Unidade Popular (UP).

Em 1958, Salvador Allende saiu candidato pela Unidade Popular, pela primeira vez, mas foi derrotado. Em 1964, em novas eleições, Allende e a UP foram derrotados pelo Partido Demócrata Cristão (PDC).

O governo democrata cristão não conseguiu, entretanto, resolver os problemas do país, relacionados ao forte domínio estrangeiro sobre o cobre e à falta de controle do Estado sobre o comércio exterior, a partir de uma indústria desnacionalizada. Os problemas da estrutura agrária, baseada no latifúndio, foram enfrentados pelo governo com a realização de uma reforma agrária. Tal medida não foi suficiente para gerar confiança e satisfação popular. Nas eleições de 1970,

Salvador Allende, o candidato da oposição, novamente apresentado pela UP, saiu vitorioso.

Em seu primeiro ano de governo, com intentos de concretizar uma via pacífica ao socialismo – que ficou conhecida como a “Via Chilena”, Allende nacionalizou a exploração dos principais recursos minerais do país (cobre, carvão, ferro e petróleo), estatizou o sistema bancário e radicalizou a reforma agrária iniciada pelo governo anterior. Retomou também as relações diplomáticas com Cuba e buscou aproximação com os países vizinhos (Argentina, Colômbia, Equador, Peru), a fim evitar um possível isolamento no continente por motivos ideológicos. As tensões entre governo e oposição acabaram gerando o golpe militar de 1973, tendo à frente o general Augusto Pinochet. Diferentemente dos regimes militares adotados no Brasil e na Argentina, no Chile Pinochet permaneceu como chefe do governo durante todo o período do governo militar.

O governo de Augusto Pinochet foi marcado, no plano político, por intensas perseguições aos opositores e, no plano econômico, pela opção neoliberal.

A reprivatização da economia, iniciada logo após a subida de Pinochet com a devolução de terras e empresas estatizadas por Allende, aprofundou-se em 1976 com a venda de 200 das 533 empresas estatais para a iniciativa privada. Em 1981, apenas 12 empresas ainda continuavam em mãos do Estado. (KOSHIBA, 1992: 298)

Dessa forma, o Chile se abriu ao capital estrangeiro e, se durante o governo de Pinochet a economia do país foi organizada segundo os interesses do capital internacional, com o processo de democratização a opção pelo modelo neoliberal se consolidou.

Com o fim do regime militar, Patricio Aylwin recebeu o mandato das mãos de Augusto Pinochet em 11 de março de 1990, no novo Congresso Nacional do Chile, localizado na cidade de Valparaíso, dando início ao processo de transição à democracia. No início de seu governo, Patricio Aylwin teve que trabalhar em um sistema que mantinha inacessíveis muitos vestígios do Regime Militar. Ainda que sua legenda tivesse obtido a maioria dos votos nas eleições parlamentares, pelo sistema binomial e pela existência de senadores designados no governo anterior não se poderia fazer as esperadas reformas à Constituição. A administração local das comunas ainda estava nas mãos de pessoas designadas pelo governo militar, que foram substituídas nas eleições de junho de 1992.

## 6. PERU

O governo de Belaunde Terry, que durou de 1963 a 1968, foi deposto no mês de outubro daquele ano por um golpe militar liderado pelo general-de-divisão Juan Velasco Alvarado. O novo governo, com uma junta militar denominada Governo Revolucionário das Forças Armadas, pautou-se pela luta contra o subdesenvolvimento e a dependência buscando, através de posturas nacionalistas, valorizar a cultura peruana e diminuir a situação de miséria e fome em que se encontrava grande parte da população. Nesse sentido, o golpe teve um papel importante, já que essas camadas populares, insatisfeitas com o nível de exploração a que estavam submetidas, demonstravam a predisposição de reagir violentamente às posturas do governo anterior.

Para o novo governo, o problema do desenvolvimento foi algo de cunho estrutural e uma de suas primeiras ações foi a estatização do petróleo através da desapropriação de uma série de empresas estadunidenses que operavam no país. Ao petróleo se seguiram a mineração, a telefonia, as ferrovias, a eletricidade, os aeroportos, entre outros setores, caracterizando a forte veia intervencionista que estava também presente em outros estados latino-americanos.

O lema "nem com o capitalismo nem com o socialismo" fez da política interna uma incógnita no continente. Entretanto, ficou clara a maior proximidade com o bloco soviético que tinha no Peru da época um dos seus maiores compradores de armamento (estude a Guerra do Pacífico). Sobre a peculiaridade da ditadura peruana, verifica-se que:

A ditadura militar peruana, contemporânea das existentes no Cone Sul, apresentou características muito diferentes. O regime militar fundado por Velasco Alvarado pertencia a uma tradição latino-americana que incluía, por exemplo, a breve república socialista que Marmaduke Grove tentou implantar no Chile em 1932 e, também, a experiência 'socialista' boliviana de German Busch. Pode-se incluir também o brasileiro Luís Carlos Prestes, líder tenentista e, possivelmente, o capitão Jacob Arbenz da Guatemala. (KOSHIBA, 1992: 299)

Para além dos processos de estatização, o governo liderado por Alvarado também tentou promover uma reforma agrária para acabar com grandes propriedades. Entretanto, a falta de planejamento de longo alcance e outras políticas nacionalizantes em setores essenciais, como a pesca e a indústria, acabaram por

gerar um total desarranjo na economia do país, levando ao fortalecimento da oposição. Uma reação a esse processo foi a criação do Sistema Nacional de Mobilização Nacional (SINAMOS) que, sob o pretexto de mobilizar organizadamente a população, acabou funcionando como um importante centro de propaganda política e controle.

A despeito dos esforços do governo, o processo de descontentamento chegou ao auge em meados da década de 1970, quando alguns órgãos da imprensa foram expropriados, a inflação cresceu bastante, a polícia entrou em greve, entre outros indicativos da situação difícil em que o país se encontrava. Enfim, em 29 de Agosto de 1975, Francisco Morales Bermúdez, na época Presidente do Conselho de Ministros, liderou um golpe que ficou conhecido como “Tacnazo” e deu fim aos sete anos de governo de Velasco, que a essa altura já sofria de graves problemas de saúde. O presidente deposto pelo golpe de 1968 ainda voltou ao governo do país entre os anos de 1980 e 1985.

## **7. EUA: DE EISENHOWER A GEORGE W. H. BUSH**

O século XX marcou, para os Estados Unidos, sua ascensão como grande potência no cenário internacional, especialmente após a Primeira Grande Guerra. Superando a crise de 1929 e o pós-Segunda Guerra Mundial, a hegemonia norte-americana se fortaleceu ainda mais, dando origem ao chamado “American Way of Life”, o estilo de vida norte-americano, que pregou a sociedade da abundância e do consumo.

Os anos 1950 foram marcados por uma grande estabilidade econômica nos EUA. Nesse período, o governo de Eisenhower (1953-1961) contou com uma forte presença de empresários nas decisões de governo. As potências Aliadas financiaram a reconstrução da Alemanha e do Japão, e transformaram estes países de ex-inimigos em aliados. A era pós-guerra foi marcada pelo início da Guerra Fria, que gerou medidas de controle para reduzir a influência comunista dentro dos EUA, e também resultou em tentativas do governo americano em encorajar o desenvolvimento da matemática e das ciências nos esforços em vencer a corrida espacial e a corrida armamentista.

No início de seu governo, ele denunciou a "contenção" da administração Truman e, ao contrário, iniciou um programa ativo de "liberação", que levaria à queda do comunismo décadas mais tarde. A mais proeminente destas doutrinas foi a política de "massiva retaliação", substituindo a custosa política de força militar bruta pela política de arsenal nuclear e de inteligência. Eisenhower negociou, no início de seu governo, o término da Guerra da Coreia.

No período de governo de John Kennedy (1961-1963), a história norte-americana foi identificada pelo episódio da invasão da Baía dos Porcos (1961) em Cuba, pela Crise dos Mísseis também em Cuba (1962) e pela intervenção militar na Guerra do Vietnã (1964-1975).

Foi o período da explosão populacional americana. Enquanto isto, a migração rural, que foi intensa desde o final da Guerra Civil Americana, começou a cair gradualmente, e o país experimentou um período de expansão econômica sustentável. Ao mesmo tempo, o racismo do país - especialmente no sul - começou a ser combatido com o crescente movimento dos direitos civis, liderados por afro-americanos como Martin Luther King. Ao longo da década de 1950 e do início da década de 1960, todas as leis de segregação social nos Estados Unidos foram removidas do governo americano. Kennedy foi assassinado em 22 de novembro de 1963.

Assumiu o vice-presidente Lyndon Johnson. Depois de completar o mandato do seu antecessor, foi eleito em 1964, permanecendo na presidência até 1969. Durante o seu governo, o racismo foi considerado ilegal, mas os conflitos raciais no país se mantiveram. Foi neste período que o líder negro Martin Luter King foi assassinado e que surgiu o movimento dos Panteras Negras (*Black Panthers*). Durante o mandato de Lyndon Johnson surgiu, ainda, uma série de movimentos contestatórios, em virtude dos resultados da Guerra do Vietnã.

A crescente impopularidade da Guerra do Vietnã alimentou movimentos sociais já existentes, incluindo o movimento feminista, as minorias étnicas e os jovens. Lyndon Johnson foi o responsável pela criação da lei da "Grande Sociedade", programa que incluía os direitos civis, sistema de saúde pública, conhecido nos EUA por *Medicare*, assistência à educação e a "guerra contra a pobreza".

Em 1968, foi eleito presidente o republicano conservador Richard Nixon (1969-1974). Seu governo foi marcado por uma política de distensão das relações

internacionais (*détente*) e pelo fim da Guerra do Vietnã, que custou aos Estados Unidos 58 mil vidas. Nixon foi obrigado a renunciar, com o escândalo político de Watergate, referente à espionagem ocorrida durante sua campanha eleitoral contra o Partido Democrata. O embargo do petróleo da OPEP em 1973 causou a diminuição do crescimento econômico do país.

Por conta da renúncia de Nixon, assumiu a presidência Gerard Ford (1974-1977), considerado um político ideologicamente moderado, que enfrentou inflação crescente, descrédito com a política, promoveu os Direitos Humanos no âmbito do Conselho da Europa e o fim do regime branco na antiga Rodésia (atual Zimbábue). Concluiu a saída dos EUA do Vietnã.

No governo de Jimmy Carter (1977-1981), o país veio a viver um período de estagnação econômica, fruto da crise do petróleo. Grandes avanços na indústria aeroespacial ocorreram nos Estados Unidos. Carter foi o mediador do primeiro acordo de paz entre um país árabe e Israel. O acordo de Camp David, de 1978, selou uma paz duradoura entre Israel e Egito. Assinado por Menagem Begin, primeiro-ministro israelense, e por Anwar Sadat, presidente do Egito, possibilitou ao líder egípcio a reconquista da península do Sinai, território ocupado pelas tropas israelenses desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Jimmy Carter, ao contrário dos seus antecessores republicanos, influenciou o processo de abertura democrática de países da América Latina, quase todos então governados por governos militares. Embora seu governo tenha sido marcado pelo uso da diplomacia para garantir a paz mundial e pela prioridade dada a questões sociais, Carter adquiriu reputação de parcimônia e indecisão – características que não foram bem recebidas pelo eleitorado americano. Após a Revolução Iraniana de 1979 e o sequestro de 52 funcionários da embaixada norte-americana em Teerã, foi acusado de ineficiência na administração do caso. Também em 1979, a União Soviética ocupou militarmente o Afeganistão e muitos americanos acreditaram que Carter poderia ter agido com mais dureza para evitar essa crise. Com isso e com a recessão na economia estadunidense no período, as suas chances de reeleição fossem praticamente nulas.

O presidente Ronald Reagan instituiu em seu governo (1981-1989) um programa doméstico de cortes de impostos e um programa internacional agressivo antissoviético. Reagan, durante seu segundo mandato, renunciou à estratégia de apaziguamento (*détente*) com a União Soviética, aumentando maciçamente os



investimentos militares americanos. Embora o déficit dos Estados Unidos tenha crescido, o Bloco Socialista entrou em colapso. Reagan descreveu publicamente a URSS como "um Império do Mal" e deu amplo apoio a movimentos anticomunistas e de resistência na América Latina, África, Ásia e Europa. Reagan também negociou com Mikhail Gorbachev um acordo de não proliferação nuclear, resultando na diminuição do arsenal nuclear de ambos os países. Em 1989, Reagan deixou a presidência dos Estados Unidos obtendo os maiores índices de aprovação popular do século XX nos Estados Unidos.

Com o presidente George H. W. Bush (1989-1993), os Estados Unidos viram-se envolvidos noutra ação militar, a Guerra do Golfo, ocorrida em 1990. Essa guerra ocorreu com o aval da ONU, depois de o exército de Saddam Hussein invadir o Kuwait. A popularidade do Presidente Bush nos EUA aumentou durante e imediatamente após o sucesso das operações militares, mas mais tarde caiu devido à recessão econômica em que o país se viu envolvido.

Com o presidente Bill Clinton (1993-2001), as prioridades foram as reformas na área de educação, restrição na vendas de armas, fortalecimento das leis de proteção ao meio ambiente e outras de caráter liberal e social. Internacionalmente, suas prioridades incluíram reduzir barreiras de comércio e mediar os conflitos na Irlanda do Norte e entre israelenses e palestinos. Clinton se tornou o segundo presidente estadunidense a sofrer um processo de *impeachment*, como resultado de um escândalo quando se envolveu com uma estagiária. Foram anos de grande desenvolvimento econômico, com o déficit fiscal remanescente da era Reagan sendo reduzido. Clinton liderou os Estados Unidos durante o mais longo período de expansão econômica da história americana, um efeito colateral da revolução digital e de novas oportunidades de negócios criadas pela internet.

Em 11 de setembro de 2001, já sob a presidência do Presidente George W. Bush (2001-2009), os Estados Unidos sofreram o atentado terrorista que resultou na destruição do World Trade Center, na parcial destruição do Pentágono e na morte de cerca de 3 mil pessoas. Conhecidos como *Ataques de 11 de Setembro*, foram orquestrados pela organização terrorista islâmica Al Qaeda, comandada por Osama Bin Laden. Em resposta aos ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos, com suporte da OTAN e o apoio da ONU, invadiram o Afeganistão e derrubaram o governo Talibã no poder do país, pelo suporte financeiro e treinamento militar dado

pelo país a terroristas, inclusivamente à Al Qaeda. Essa campanha militar ainda não foi encerrada, por conta da resistência Talibã no país.

Na sequência da guerra contra o terrorismo, e sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, foi invadido o Iraque em 2003, depois de polêmicas em torno da posição do ditador iraquiano, Saddam Hussein, com respeito à suposta fabricação de armas de destruição em massa naquele país. A guerra, com o apoio do Reino Unido, da Itália e da Espanha, conduziu à deposição e à prisão de Saddam Hussein. No governo Bush, foi incrementada a política americana contra a imigração ilegal, tornando mais rigorosa as medidas contra imigrantes ilegais.

## **8. RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **8.1. OS ESTADOS UNIDOS E A AMÉRICA LATINA**

Nos primeiros anos do século XX, sob o governo de Theodore Roosevelt (1901-1909), os Estados Unidos reformularam sua política externa em relação à América Latina. Partindo das premissas da Doutrina Monroe e ampliando-a, os Estados Unidos deram um caráter imperialista à suas relações com os países latino-americanos. A cada mudança interna nos regimes políticos dos países do continente (em especial nos da América Central), os EUA se posicionaram com apoios ou oposições declaradas e, algumas vezes, com intervenções militares, caracterizando a política do *Big Stick* (o grande porrete). Justificavam tais atitudes pela crença de que os Estados Unidos, pelo alto grau de desenvolvimento democrático e econômico que alcançara, tinha a obrigação de assumir o papel de polícia internacional.

Durante o período entreguerras, as crises mundiais de 1920 e 1929 tiveram efeitos sobre a economia agrário-exportadora da América Latina. Com a franca diminuição da venda de sua produção no mercado externo e a dificuldade em comprar produtos industrializados europeus e norte-americanos, os países mais afetados pela crise, muitos da América Latina, desenvolveram suas indústrias e iniciaram o processo de substituição de importações de bens de consumo para o mercado interno. Juntamente com a industrialização, veio a modernização, a diversificação da economia e o crescente processo de urbanização.

A partir de 1933, com a eleição do presidente democrata Franklin Delano Roosevelt, os Estados Unidos adotaram uma “Política da Boa Vizinhança”, que abandonou as ações de intervenção militar direta nos países vizinhos. Assim, consolidaram sua hegemonia sobre o continente. Do final da Segunda Guerra Mundial até a queda da União Soviética nos anos 1980, a política dos Estados Unidos para com os países da América Latina foi marcada pelo contexto da Guerra Fria.

Para os Estados Unidos, o importante era que todos os países ao sul do rio Grande tivessem regimes ideologicamente identificados com o Ocidente e que, subsidiariamente, fossem receptivos aos reclamos dos interesses econômicos americanos. (SOUTO MAYOR, 2001: 56)

Com o fim da ordem bipolar, característica da Guerra Fria, a partir de fins do século XX os Estados Unidos passaram a ter como principal meta, para as relações com os países da América, a constituição de uma área de livre comércio. A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi lançada pelo então presidente republicano George Bush (pai) em 1990 e formalizada em 1994, na Cúpula das Américas, já na presidência do democrata Bill Clinton. Ficou claro, desde o princípio, que a ideia contava com o apoio de ambos os partidos, o Democrata e o Republicano.

O republicano George W. Bush, que esteve à frente da Casa Branca entre os anos de 2001 e 2009, somou esforços para levar as negociações adiante. No entanto, encontrou fortes resistências por parte de diversos países do continente, tendo em vista que, como coloca Souto Mayor (2001: 62):

“Dado o enorme hiato quantitativo e qualitativo entre a economia americana e as dos países da América Latina, é difícil evitar a noção de que, se levada a cabo como proposta, a iniciativa de Washington resultaria na satelitização econômica – com inescapáveis desdobramentos políticos – dos países latinos do continente, inclusive dos maiores, como Brasil e Argentina.”

## 8.2. AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL

Ao longo de sua história, o Brasil não mostrou interesse em estabelecer relações específicas com o México e os países da América Central. Para o nosso país, o conceito de América Latina (que inclui os países da América do Sul, da América Central e o México) parecia muito distante e não representava os interesses

políticos e econômicos prioritários. O conceito de América do Sul, por outro lado, seria mais adequado para dar conta dos interesses colocados na política exterior empreendida pelo Brasil ao longo dos séculos XIX e XX.

Na verdade, até meados do século XX os interesses brasileiros no continente se concentraram basicamente nos países da Bacia do Prata (Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai).

As relações do Brasil com os países sul-americanos foram marcadas, nos primeiros anos do século XX, pelas ações empreendidas pelo Barão do Rio Branco quando ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores (1903-1912), que visou resolver as questões de fronteiras e limites do Brasil com os países vizinhos. Rio Branco entendia a América do Sul como área de influência privilegiada do Brasil, enquanto a América Central e o Caribe caberiam aos Estados Unidos.

O interesse pelas repúblicas amazônicas e do Pacífico só apareceram com o maior desenvolvimento industrial do Brasil, que passou a ver aqueles países como potenciais mercados consumidores para suas manufaturas.

Enquanto isso, surgiu entre os países da região do Prata o interesse de estabelecer relações de cooperação. Em 23 de abril de 1969, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado da Bacia do Prata. Mesmo antes desse Tratado, desde o Barão do Rio Branco houve inúmeras tentativas de se estabelecer um tratado de cooperação/integração econômica entre os países da América do Sul, questão que permanece até os dias atuais na ordem do dia dos governos do continente.

Em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina:

(...) os dois países se comprometeram a formar um espaço econômico comum, no prazo de dez anos, que os presidentes Carlos Menen (1989-95 e 1995-99) e Fernando Collor de Melo (1990-92) decidiram reduzir para cinco anos, ou seja, para consumação em 31 de dezembro de 1994 (...). E o processo de integração, até então mais ou menos dirigido por meio de protocolos setoriais, assumiu o caráter de câmbio livre, de abertura geral, sem proteção setorial e sem comércio administrativo (salvo o automotriz), ainda que com exceções. (BANDEIRA, 2006: 276)

Três anos depois, Uruguai e Paraguai se uniram ao Brasil e à Argentina, assinando o Tratado de Assunção (26 de março de 1991), quando se constituiu o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), com o intuito de eliminar restrições comerciais e estabelecer uma tarifa comum até o final de 1994. “O projeto do

MERCOSUL não era formar uma simples área de livre comércio, mas constituir o núcleo de um futuro mercado comum, base de um estado supranacional, como a União Europeia, sobre o lastro geográfico da América do Sul” (*Id. Ibid.*: 277).

O MERCOSUL visa à formação de um mercado comum entre seus Estados Partes. A criação de um mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes; o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração.

Para a criação de um mercado comum, foi estabelecido um programa de liberação comercial, com vistas à aplicação de tarifa zero no comércio intrazona para a totalidade do universo tarifário e a implementação de uma tarifa externa comum. Foi reconhecida a necessidade de que Paraguai e Uruguai cumprissem com o programa de liberação comercial de forma diferenciada, em observância aos princípios do gradualismo e da flexibilidade.

O MERCOSUL caracteriza-se pelo regionalismo aberto. Isso significa que a criação do bloco tem por objetivo não só o incremento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países. São Estados Associados do MERCOSUL a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004).

Além disso, o Tratado de Assunção é aberto, mediante negociação, à adesão dos demais Países Membros da ALADI (Associação Latino Americana de Integração é um organismo intergovernamental com sede na cidade de Montevideu, no Uruguai, que visa contribuir com a promoção da integração da região latino-americana, procurando garantir seu desenvolvimento econômico e social). Nesse sentido, foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL.

Diante de sua posição privilegiada no contexto sul-americano e de seus interesses na constituição do MERCOSUL, o Brasil assumiu uma postura contrária à ALCA, contrariando os ensejos norte-americanos. Para os Estados Unidos, o apoio e a participação do Brasil, na ALCA, seriam fundamentais.

Com a assunção da postura de liderança regional no subcontinente, o Brasil passou a se preocupar com conflitos entre países da região, bem como com conflitos internos. O combate à narco-insurgência na Colômbia e a ameaça à ordem democrática no Paraguai são exemplos recentes da maior participação da política externa brasileira em assuntos regionais. Sua postura, no entanto, tem sido prioritariamente de não-intervenção.

Nos primeiros anos da década de 2000, a situação agravou-se em quase todos os países da América do Sul. O processo de paz fracassou na Colômbia, onde os Estados Unidos aprofundaram sua intervenção na luta contra as Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia], não propriamente para combater o narcotráfico, mas, sobretudo, a fim de garantir o fluxo do petróleo, que saía de lá e do Equador. E, em dezembro de 2001, a Argentina entrou em colapso financeiro, bancarota, em meio de dramática convulsão social e crise política tão profunda que levou Fernando Henrique Cardoso a advertir o presidente George W. Bush sobre o perigo de uma ruptura institucional, caso o governo de Eduardo Duhalde não recebesse ajuda internacional. Também no Equador, a situação configurou-se instável, e os indígenas, em fevereiro de 2002, anunciaram que realizariam novas manifestações de massa, em Quito, contra as privatizações promovidas pelo governo Gustavo Noboa com o fito de protestar contra o não-cumprimento do acordo que pôs fim ao levante de 2001. A Venezuela, com a qual o Brasil tratava de estreitar seu relacionamento, começou a enfrentar crescentes dificuldades políticas, fomentadas pela CIA, DEA e outras agências dos Estados Unidos. (*Id. Ibid.*: 285-6)

Apesar da tradicional postura brasileira de não intervir militarmente em questões dos países do Caribe e América Central, a partir de 2004 o governo brasileiro tem enviado um contingente de mais de mil militares para o Haiti, que sofre com uma grande instabilidade política após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristides, integrando a missão internacional de paz MINUSTAH, seguindo resolução do Conselho de Segurança da ONU.

A política externa brasileira demonstrou forte interesse na formação da Comunidade Sul-Americana de Nações, uma zona de livre comércio continental. Criada em 2004, em Cuzco, no Peru, na Terceira Reunião dos Presidentes da América do Sul, contou com a participação de presidentes e representantes dos 12 países da região: Chile, Guiana, Suriname, mais os membros do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e da Comunidade Andina (Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia).

Em 2008, a Comunidade passou a ser denominada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Dentre suas propostas, está a criação de um mercado comum, na cooperação em obras de infraestrutura, na livre circulação de pessoas,

na criação de uma política monetária comum e na valorização do Conselho de Defesa Sul-Americano (criado em 15 de dezembro de 2008).

## **9. OS CONFLITOS REGIONAIS NA AMÉRICA**

Muitos dos conflitos envolvendo países da América Latina tiveram suas origens em disputas territoriais e de definição de fronteiras que se originam no período colonial ou ao processo de emancipação política, remetendo às “premissas básicas do Sistema Colonial Espanhol implantado na América, e (...) o descaso da coroa espanhola pelas áreas que não apresentassem interesse econômico imediato” (MENDONÇA, 1986: 1).

Conforme quadro de litígios fronteiriços entre países da América do Sul, em anexo, acompanharemos esses casos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (orgs.). **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. V. 1. p. 267-297.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **Américas: uma introdução histórica**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1992. 312 p.

MENDONÇA, Almir Taranto. **Áreas de fricção política na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: ECEME, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 527 p.

SANTOS, Ana Maria dos. América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et alli* (orgs.). **O Século XX: O tempo das dúvidas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 65-95.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). **Enciclopédia das guerras e revoluções do século XX**.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Brasil – Estados Unidos: desafios de um relacionamento assimétrico. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 2001, V. 44, n. 1. p. 55-68. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a05v44n1.pdf>>. Acesso em: 12 jan 2009.